TL 2599

ADVOGADO PORTUGUES AMEAÇA COM PROCESSO

ESTUDANTES TIMORENSES EM JACARTA PEDEM, MAIS UMA VEZ, ASILO POLITICO

por Jan Halkes TROUW QUINTA-FEIRA, 18 JUNHO 1987

A política dos direitos humanos da embaixada holandesa na Indonésia ameaça tornar-se objecto de um processo movido por quatro estudantes timorenses contra o Estado holandês. O advogado português João Loff Barreto investiga a possibilidade de obrigar a Holanda, com um processo, a conceder asilo político aos estudantes.

Os quatro estudantes, Antonino Gonçalves(34), João Freitas da Câmara(29), Abílio Sereno(29) e Fernando da Silva(27) foram notícia em Outubro do ano passado, quando tentaram receber asilo político da embaixada holandesa em Jacarta. Durante dois dias recusaram-se a sair da embaixada, com medo de serem assassinados pelos serviços secretos indonésios.

DEFERIDO 29/10/87 RETIDO

O ministro Hans van den Broek intercedeu por eles junto do seu colega indonésio Mochtar Kusumaatmadja. O reitor da universidade católica, Gerard Bonang, assinou um salvo-conduto onde diz que os estudantes 'de acordo com a promessa de Mochtar Kusumaatmadja ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, não serão incomodados ou presos quando saírem voluntáriamente da embaixada. Este salvo-conduto é válido até que saiam da Indonésia.'

Agora, mais de seis meses depois, os estudantes ainda não puderam sair da Indonésia e estão sempre a ser incomodados, em casa por telefonemas anónimos com ameaças, e na rua por pessoas com *walky talkies* que os perseguem constantemente. "A bolsa de estudo foi-lhes retirada", diz o advogado Loff Barreto. "Não têm o que comer, não podem pagar a renda da casa. Mas o pior é que são constantemente ameaçados de morte pelo serviço secreto indonésio que quer que eles voltem para Timor Leste." Até o governador de Timor Leste, Mário Carrascalão, os visitou pessoalmente para os convencer a voltar. A situação tornar-se-à extremamente dolorosa em Agosto. Nessa altura acaba o contrato de arrendamento e eles ficam sem casa.

"é fácil de adivinhar o que é que pode acontecer em Timor Leste", segundo o advogado, "lá continuam a desaparecer dezenas e até centenas de pessoas por ano. Simpatizantes da Fretilin são mortos sem qualquer forma de processo, muitas vezes depois de terem sido torturados de uma forma horrível."

A Fretilin é o movimento de libertação da antiga colónia portuguesa Timor Leste, que foi anexada pela Indonésia em 1975. Nessa altura Portugal cortou as suas relações diplomáticas com a Indonésia, e desde então deixa os seus interesses serem representados pela embaixada holandesa.

Não é muito claro, o que é que os estudantes teriam feito de mal, mas é provável que o serviço secreto indonésio suspeite que eles trabalhavam como correio para o serviço de notícias clandestino da Fretilin. Antonino Gonçalves e João da Câmara estiveram presos em Setembro do ano passado durante um mês. Fizeram trabalhos forçados e foram frequentemente interrogados. A prisão deles coincidiu com uma vaga de prisões em Timor Leste, em que uma parte do serviço de notícias da Fretilin foi apanhada.

De repente, a 11 de Outubro, soltaram-nos com a condição de não dizerem nada sobre a sua prisão. "Fizeram-nos compreender que correspondência com o estrangeiro seria tida como subversão", disseram os estudantes mais tarde a um jornalista japonês.

AGENTE SECRETO

Estavam há uma semana em liberdade, quando receberam a visita de um tal Arnoldus Kolimali. Ele apresentou-se como 'agente secreto' e ofereceu-lhes férias grátis em Timor Leste, 'para recuperarem'. Os bilhetes de avião já estavam marcados para 22 de Outubro, cinco dias depois. Os estudantes ficaram apavorados, pensando que iam ser vítimas de um truque dos serviços secretos para os fazer desaparecer e resolveram então acolher-se à embaixada holandesa.

"No dia 20 de Outubro entrámos na embaixada e pedimos asilo político" ,dizem

eles numa carta ao presidente português, Mário Soares. "O embaixador respondeu negativamente ao nosso pedido de protecção, e ameaçou chamar a polícia se nós não saíssemos a bem. Essa ameaça ainda se tornou mais forte no dia 21 de Outubro, à meia noite, quando os quatro signatários foram acordados de repente por um telefonema urgente do embaixador. Acompanhados de pessoas da embaixada, entrámos num quarto onde o embaixador estava à nossa espera. Ele ameaçou imediatamente de nos pôr fora com violência policial, porque ele não nos podia dar asilo político."
Na manhã seguinte veio uma delegação de quatro indonésios ter com os estudantes, entre eles o reitor Bonang e um 'representante do governo indonésio'. A polícia cercou a embaixada. "O representante do governo indonésio comunicou que a polícia estava inteiramente a postos para nos pôr fora do edifício assim que o embaixador mandasse", continua a carta. "Face a tantas ameaças, resolvemos sair da embaixada." Mas, segundo a carta, havia a condição prévia de que eles, depois de receberem os passaportes portugueses, poderiam partir para Portugal. Os passaportes chegaram em meados de Novembro, mas depois disso a Indonésia recusou um visto de saída.

NEGATIVA

O governo de Haia nega que os estudantes tenham pedido asilo político. Mas, de qualquer maneira, falou-se de asilo político. Segundo a agência noticiosa Antara, o ministro Mochtar teria dito, a 22 de Outubro, que a Holanda e a Indonésia tinham 'chegado a acordo de não conceder asilo político aos estudantes'. Segundo a versão oficial de Haia, os estudantes só pediram um passaporte português, e depois recusaram-se a sair da embaixada. Ameaças com violência policial não aparecem nesta versão.
"É claro que não se deve esquecer", diz o porta-voz do ministério dos negócios estrangeiros, "que uma embaixada não é nenhum asilo. Só existe um acordo internacional, entre países sul-americanos, onde isso é oficialmente reconhecido, mas no resto do mundo não existe uma tal regulamentação. O caso de Klaas de Jonge deu-se numa situação especial. Tratava-se, então, de um cidadão holandês. De resto nunca aconteceu que a gente tivesse dado asilo a qualquer holandês que fosse procurado por crime."
"Este caso ter-se-ia solucionado de uma forma completamente diferente se a Holanda tivesse concedido asilo político", é a opinião de Loff Barreto. Ele não vê qualquer diferença com a situação de Klaas de Jonge na embaixada holandesa em Pretória. "Trata-se de cidadãos portugueses e da lei portuguesa. E a Holanda representa Portugal na Indonésia. A que melhor sítio poderíam ir os estudantes? A Holanda tem uma reputação no campo dos direitos do homem. Se a Holanda se tivesse realmente interessado pelos estudantes, este caso há muito que estaria resolvido. Teria a Holanda recusado asilo político se se tratasse de quatro russos ou, por exemplo, quatro checoslovacos? Eu quase pensaria em racismo se a Holanda não tivesse uma reputação tão boa."
O advogado português diz ter boas razões para acreditar que o governo português também não ficou satisfeito com o tratamento que se deu a este caso. Desde Março que o pedido de um visto de saída passou para a representação portuguesa das Nações Unidas, em Nova Yorque. A embaixada holandesa já só trata de estabelecer o contacto directo com os estudantes. Respondendo a perguntas no Parlamento, o ministro Van den Broek explicou porquê. A Indonésia fez saber à Holanda considerar o caso como um assunto interno e, portanto, não querer falar mais sobre ele com a Holanda. "O governo holandês comunicou ao governo português o ponto de vista da Indonésia", segundo Van den Broek. Depois disto, Portugal teria resolvido tratar do caso nas conversações entre a Indonésia e Portugal que estão a ser mantidas, por iniciativa das NU, em Nova Yorque.
"Essa é a versão diplomática da história", diz Loff Barreto. O governo português está mesmo irritado, segundo ele, com a atitude holandesa. Formalmente, a Holanda não reconhece a anexação indonésia de Timor Leste - segundo o direito internacional é ainda território português. "Mas, na realidade, a Holanda só serve os interesses da Indonésia; um país que, ao contrário de Portugal, não pertence à Comunidade Europeia."

O encarregado de negócios português na Haia, Almeida Fernandes, não concorda com Loff Barreto. Mas ele dá outra 'versão diplomática': "O caso está a ser discutido agora nas Nações Unidas para não prejudicar os interesses holandeses na Indonésia. Não há qualquer insatisfação da parte de Portugal."
Não se espera muito das conversações luso-indonésias das Nações Unidas em Nova Yorque. A Indonésia não está disposta a reconhecer cidadania portuguesa aos estudantes, enquanto que Portugal não engole a anexação indonésia da sua antiga colónia. Segundo Loff Barreto, só poderá ser encontrada uma solução através da Holanda: "O papel da Holanda é decisivo, se a Holanda se empenhasse realmente alguma vez pelos estudantes, eles poderiam sair do avião na Europa, já no dia seguinte."
Segundo o advogado português, a questão do visto de saída é só um pretexto. "Os estudantes estão dispostos, se fôr preciso, a deixar o país com um passaporte indonésio, mas a Indonésia não os quer deixar partir, de maneira nenhuma."
Afirmações de Mochtar Kusumaatmadja confirmam que, segundo ele, a partida dos estudantes 'não está de acordo' com a 'integração' de Timor Leste na Indonésia. "Se os deixamos fazer o que querem, daqui a pouco toda a gente vai querer o mesmo", disse ele no Jacarta Post.
"Os estudantes são quatro testemunhas muito incómodas dos crimes e do genocídio que a Indonésia pratica em Timor Leste", diz Loff Barreto. "Uma vez fora da Indonésia, eles podem falar à vontade porque não têm que temer represálias contra familiares que já não têm. Morreram todos na guerra."

tradução: luísa freitas